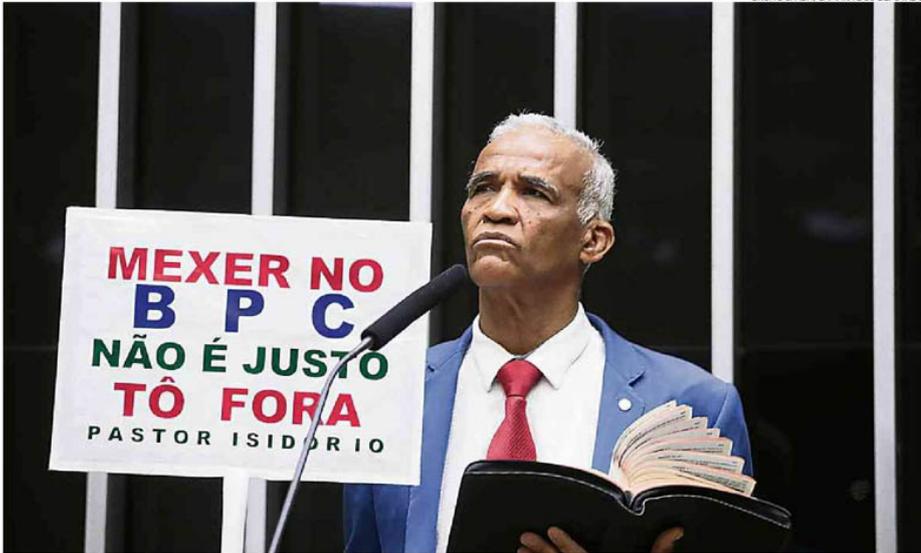


Em dia de novo recorde na alta do dólar, Câmara desidrata pacote de corte de gastos

Deputado Pastor Isidório (Avante-BA) protesta na tribuna da Câmara contra proposta de alterações no Benefício de Prestação Continuada

Moeda americana renovou recorde nominal pelo terceiro dia consecutivo e fechou a R\$ 6,26. Haddad não descartou ataque especulativo. No Congresso, deputados impuseram limitações ao bloqueio de emendas e revogaram lei que criou o Dpvat. Mudanças nas regras do BPC também devem ser amenizadas

Dólar tem novo salto; pacote avança, mas sofre desidratação

A crise de confiança na política fiscal do governo federal e o anúncio da decisão da autoridade monetária dos Estados Unidos levaram o dólar a um novo salto ontem. A moeda fechou em alta de 2,82%, a R\$ 6,267, renovando o recorde nominal pelo terceiro pregão consecutivo. A disparada se deu em meio ao avanço do pacote fiscal no Congresso. Algumas propostas, no entanto, estão sendo desidratadas.

O real apresentou de longe o pior desempenho entre as principais moedas globais ontem. Desde a última vez que fechou cotada abaixo de R\$ 6,00, no dia 11, a moeda americana já acumula valorização de 5,20%.

Projeto que prevê gatilhos em caso de déficit teve votação concluída na Câmara

Como esperado, o Federal Reserve (Fed, o Banco Central americano) reduziu a taxa de juro em 25 pontos-base, para a faixa entre 4,25% e 4,50%, o que também influenciou o desempenho do real.

"Vai se acomodar"

Durante conversa com a imprensa à tarde, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não descartou a possibilidade de estar em curso um ataque especulativo contra a economia brasileira:

– Prefiro trabalhar com os fundamentos, mostrando a consistência do que estamos fazendo em proveito do arcabouço fiscal para estabilizar isso. Mas pode estar havendo (um ataque).

Haddad, no entanto, disse acreditar que a taxa cambial irá "se acomodar".

PEC em andamento

Ontem, a Câmara dos Deputados concluiu a votação do primeiro projeto do pacote fiscal, que prevê gatilhos para o caso de déficit nas contas públicas, incluindo limitação na utilização de créditos tributários, no aumento de despesas com pessoal e na concessão de incentivos fiscais. O texto ainda autoriza o Executivo a bloquear emendas parlamentares em até 15%.

Após um acordo com o Placato, porém, foi aprovada uma emenda que revogou a lei que criou o Seguro Obrigatório para a Proteção de Vítimas de Acidente de Trânsito (Spvat), antigo Dpvat. O governo também concordou em prever o bloqueio apenas de emendas não impositivas.

As emendas obrigatórias, portanto, não poderão ser bloqueadas, o que contraria o acordo feito entre Congresso e Supremo Tribunal Federal (STF) para dar mais transparência aos repasses.

Por volta das 22h15min, os deputados discutiam outro item do pacote: a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estabelece, entre outros, restrições ao abono salarial e aos supersalários. A proposta foi pensada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a outra PEC, de 2017, para acelerar a tramitação.

Possível colapso

Ainda ontem, havia previsão de votação do principal projeto do pacote, o que altera as regras de indexação do salário mínimo e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

À noite, o relator da proposta, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), apresentou o parecer final, mantendo a limitação de crescimento real do salário mínimo em 2,5%, mas amenizou os critérios para o BPC.

Mais cedo, ele havia dito que estava "lutando" para que o texto "não venha a colapsar", devido às resistências. —

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Em Foco **Página:** 4